

CONSTRUINDO PEDAGOGIAS FEMINISTAS DECOLONIAIS

Ochy Curiel Pichardo¹

Traduzido por Valéria Araújo

- 1→ Afrocaribenha que nasceu na República Dominicana e reside na Colômbia. Doutora e mestre em Antropologia Social e Universidade Nacional da Colômbia. Especialista em Educação Superior, com ênfase em Ciências Sociais e Licenciada em Serviço Social. Professora-Pesquisadora da Universidade Nacional da Colômbia e da Universidade Javeriana em Bogotá, Colômbia. Ativista do movimento lésbico-feminista, antirracista, do feminismo autônomo e uma das referências do feminismo decolonial. É cofundadora do Grupo Latino-Americano de Estudos, Formação e Ação Feministas (GLEFAS). Também é cantora e compositora.

Agradeço o convite para participar deste espaço. Obrigada a quem tornou isso possível.

Eu nasci e me criei no Caribe, mais especificamente na República Dominicana, um país que compartilha a ilha com o vizinho Haiti. Essa Ilha foi o primeiro laboratório de colonização e, ao mesmo tempo, onde foram realizadas as maiores resistências e processos de descolonização.

Venho de uma genealogia feminista. Primeiro daquela que universalizou a questão das mulheres com base no gênero, sem considerar uma matriz mais complexa de opressão, ou seja, que considerasse a “raça”, a classe, a sexualidade e a geopolítica em muitas experiências. Mas logo, devido a minha condição de Afro-caribenha, esse feminismo branco e hegemônico me foi insuficiente. Por isso, junto com outras, construímos o feminismo de mulheres Afrodescendentes na região, no qual propomos uma política e teorização que imbricava todas as opressões. Também me assumi como lésbica feminista, em que questiono o regime da heterossexualidade. Fiz parte da corrente autônoma Latino-americana que questionava a institucionalização do feminismo através do surgimento das ONGs, da dependência da cooperação internacional e do Estado. Logo me deparei com o giro decolonial que aponta que, a partir do colonialismo, uma matriz de poder, denominada colonialidade (Quijano 2000), foi configurada e se mantém na atualidade mediante o estabelecimento e fortalecimento de hierarquias raciais, sociais, de gênero e epistêmicas.

Tudo dito acima foi fundamental para que eu me posicionasse como uma feminista decolonial, antirracista e *cimarrona* (Quilombola), o que implicou em um processo de revisão e redefinição dos lugares políticos anteriores e uma reinterpretação das narrativas da história hegemônica, para dar conta dos efeitos do colonialismo nas estruturas raciais e sociais do continente, assim como na minha própria vida.

O feminismo decolonial, de onde me posiciono, questiona o feminismo hegemônico em suas teorias e práticas por ser racista e classista, ao reproduzir a universalização do sujeito mulher que

considera que as mulheres Negras e Indígenas não têm agência e são vistas apenas como vítimas do patriarcado. O feminismo decolonial parte do pressuposto de que a matriz de raça, de gênero, de classes, de (hetero) sexualidade e geopolítica é estrutural e sistêmica, e somente é possível compreendê-las a partir da modernidade/colonialidade.

Trata-se de um posicionamento político que entrelaça o pensamento e a prática política coletiva através da autonomia e da autogestão. Constrói um projeto de liberação *cimarrón* para todxs xs condenadxs do mundo, não somente para as mulheres, e se alimenta de outras ontologias relacionais, como as propostas por tantos povos Indígenas e Afros da região, que propõem outras formas do fazer que não estão inseridas nas instituições coloniais.

Dito isso, vou então abordar o tema central do que quero me referir: as pedagogias feministas decoloniais.

A definição mais simples e eurocêntrica do que é a pedagogia, e que podemos encontrar em qualquer lugar, é que se trata de uma ciência cujo objeto é a educação como fenômeno sociocultural; no entanto, a pedagogia, desse modo, tem reproduzido a colonialidade do saber ao mesmo tempo em que sustenta um conhecimento eurocêntrico que se supõe neutro e objetivo, descontextualizado; e reproduz lógicas de dominação enquanto mantém o *status quo* que sustenta as desigualdades e hierarquias sociais.

Diante dessa visão, surgiram, em várias partes do mundo, pedagogias críticas que inverteram esse modelo tradicional e questionavam o tipo de conhecimento transmitido, ao propor uma educação para a transformação. Podemos citar a Escola de Estudos Sociais de Frankfurt, a Escola de Budapeste e, fundamentalmente, a *pedagogia do oprimido* proposta por Paulo Freire do Brasil.

Freire apostou em pedagogias que criavam processos de conscientização com uma leitura crítica da ordem econômica, social e política. Por meio de processos de alfabetização, buscava a libertação dos oprimidos, propondo assim uma educação popular como método, prática, teoria e formas de fazer, mediante processos dialógicos que permitissem sua humanização (Freire 1970). Assim, a

proposta pedagógica de Freire enfoca em vários pontos essenciais: os oprimidos tomariam consciência de sua condição de oprimidos e buscariam emancipar-se dos opressores; o que tinha que acontecer a partir da autonomia e da construção da esperança como principal utopia (Freire 2002). Esse tipo de educação seria libertadora para os oprimidos e construiria a sua liberdade.

É por tudo isso que a pedagogia de Paulo Freire foi e continua sendo uma referência importante de pedagogia crítica não somente para Abya Yala, mas para o mundo, pois foi uma proposta revolucionária que questionou e rompeu com as formas tradicionais de educação, as formas como o conhecimento era concebido e porque continha um projeto de liberação. No entanto, a proposta de Freire tinha alguns limites importantes.

Um dos limites, como assinalou Catherine Walsh (2013), é que assumiu a dominação sem considerar a modernidade/colonialidade. Não considerou a particularidade desses “oprimidos” definidos a partir da diferença colonial: Negros e Indígenas que no momento da colonização foram inferiorizados e desumanizados, e obviamente, oprimidos. Walsh assinala mais duas questões: não se refere às resistências históricas realizadas por esse grupos, que provocaram processo de decolonização em muitos lugares e épocas; e não questiona o antropocentrismo, ao não considerar outros seres não-humanos. Não obstante, como apontou a mesma autora, a proposta pedagógica de Paulo Freire é um precedente importante para as pedagogias decoloniais.

A pedagogia feminista, por sua vez, também pode ser definida como pedagogias críticas, na medida em que buscou romper com uma racionalidade pedagógica androcêntrica, fazendo uma crítica ao patriarcado, que tem provocado a desigualdade “nas mulheres”. A partir de diferentes metodologias e conteúdos, esse tipo de pedagogia, em geral, tem analisado as estruturas sociais patriarcais e também tem gerado propostas de ação para romper com esses processos de socialização cultural e assim alcançar a transformação e a emancipação, principalmente das mulheres.

No entanto, essas pedagogias tampouco têm considerado a

matriz de poder moderna/colonial. Como analisou Iris Hernández:

Embora o feminismo represente uma crítica relevante à ordem hegemônica, ele ainda opera vinculado à matriz de poder moderno/colonial e, portanto, afeta xs mesmxs sujeitxs e saberes devastados pela conquista (2019, 45).

Hernández aponta que o feminismo, através de distintas formas pedagógicas, revelou relações de poder entre homens e mulheres, inclusive a produzida no marco do regime heterossexual. No entanto, ao focar fundamentalmente no gênero, o feminismo ignorou a imposição colonial europeia de gênero (Lugones 2008), que subordina o que denomina de outros eixos de igualdade. Hernández assinala que, embora em algumas pedagogias feministas a interseccionalidade seja considerada, ao introduzir a raça e a classe, o faz de forma aditiva, somatória e descritiva, sem questionar como operam as hierarquias coloniais e neocoloniais na matriz de poder.

Isso pode ser constatado em diferentes propostas pedagógicas feministas. A sua genealogia é eurocêntrica. Conceitos como patriarcado, gênero, divisão sexual do trabalho, etc. são definidos sem historicidade, a partir das experiências de mulheres brancas do Norte global, reproduzindo assim a ordem moderna/colonial.

POR PEDAGOGIAS FEMINISTAS DECOLONIAIS

Entendo por pedagogias feministas decoloniais, aquelas práticas de produção de conhecimento que questionam a relação modernidade/colonialidade.

Isso significa compreender que a modernidade ocidental foi possível graças ao colonialismo que resultou em hierarquias raciais, de classe, de sexo e sexualidade, e epistêmicas, o que implicou na desumanização dos seres que não correspondiam ao paradigma moderno (homem branco, heterossexual, católico, cidadão liberal). Historicamente, esses seres têm sido colocados nas hierarquias sociais mais baixas, vítimas de ataques, de extrativismo de suas

terras, da ruptura de seus tecidos sociais, da guerra. Pressupõe entender e, portanto, questionar as lógicas antropocêntricas que subordinam todos os outros seres ao ser humano. Significa questionar o saber eurocêntrico, que legitima alguns saberes sobre outros, saberes que têm sido sustentados por narrativas oficiais e hegemônicas que silenciaram outras narrativas.

As pedagogias feministas decoloniais não são saberes escolares, surgem das memórias de povos e comunidades, das lutas e mobilizações em uma relação dialógica, que permite desaprender esses saberes coloniais através da reflexão e da ação coletiva.

As pedagogias decoloniais são baseadas em uma *cimarronaje intelectual* (Curiel 2010), que implica questionar as categorias produzidas pela colonialidade do saber, inclusive as propostas por feministas e pela esquerda, e que colocaram os sujeitos colonizados em situação de exclusão e invisibilidade. Se trata de:

identificar conceitos, categorias, teorias, que surgem a partir das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidas coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar realidades distintas para romper com o imaginário de que esses conhecimentos são locais, individuais, sem possibilidade de serem comunicados (Curiel 2014 13).

Ao mesmo tempo, supõe resgatar, legitimar, reconhecer outros saberes produzidos por sujeitos a partir de práticas cotidianas e comunitárias que criam, recriam mundos para a vida, para fortalecer os tecidos sociais a partir de ontologias relacionais que questionam o antropocentrismo.

As pedagogias feministas decoloniais não se centram nas mulheres, embora também abordem as violências que são exercidas sobre elas, mas sim em todxs xs condenadxs da terra (Fanon, 1963) afetadxs pela colonialidade, que reconhecemos como atorxs dos processos de descolonização anteriores e atuais. As pedagogias

feministas decoloniais abordam a matriz da opressão que pressupõe compreender como o racismo, a heterossexualidade, o classismo, o antropocentrismo e a geopolítica se entrelaçam na vida das pessoas subalternizadas e, a partir daí, constroem um projeto de liberação. Isso implica que os mesmos sujeitos subalternizados produzam processos de pesquisa que se oponham a uma investigação que os considere apenas como matéria prima para créditos acadêmicos de pessoas, geralmente, brancas ou brancas mestiças, inseridas em instituições acadêmicas ou estatais.

As pedagogias feministas decoloniais priorizam o fazer, gerando formas de criar conhecimentos que não se baseiam apenas na estrutura escrita. A oralidade, a criação cultural, a música, a dança, a pintura, o desenho, a culinária, as emoções e a espiritualidade são formas essenciais de um fazer decolonial que questiona um saber escolarizado hegemônico. Essas formas de fazer, que são consideradas como saberes subjugados, são produções cotidianas que configuram as relações sociais e humanas; que questionam a ordem moderno/colonial; que criam um tipo de memória distinta das construídas a partir das narrativas hegemônicas; e que são um processo de restauração da dignidade para sanar a dor e a violência produzida pela colonialidade.

AS ESCOLAS FEMINISTAS DECOLONIAIS CIMARRONAS

Como as práticas feministas decoloniais são ações coletivas, eu gostaria de apresentar uma experiência que estamos realizando no *Grupo Latinoamericano de Formación y Acción Feminista*-GLEFAS (Grupo Latino Americano de Formação e Ação Feminista), um tecido de ativistas e pensadoras de muitos lugares de Abya Yala, que construímos a partir do fazer e do pensamento feminista decolonial.

As Escuelas Feministas Decoloniales Cimarronas (Escolas Feministas Decoloniais Cimarronas) foram desenvolvidas a partir de 2016, na República Dominicana, e buscam motivar meninas, meninos, adolescentes, jovens Afrodescendentes de comunidades empobrecidas e ativistas, a fim de reforçar a sua identidade

Afrocaribenha; e para que, a partir deste lugar de enunciação, possam analisar as violências racistas, sexistas e classistas a que são submetidos para entendê-las e enfrentá-las. Com essas escolas, promove-se a identificação e o reconhecimento de formas de resistência no trabalho comunitário que permitiram a continuidade da vida e as formas de bem viver durante séculos. As primeiras escolas eram direcionadas a meninos, meninas e jovens em articulação com Kalalu Danza, um processo sociocultural através da dança e da criação. Posteriormente, nos concentramos nos jovens ativistas, com o objetivo de que elxs sejam reprodutores, em seus coletivos e suas comunidades, dos conhecimentos ali construídos. Cada ano conta com, aproximadamente, 25 participantes.

Com metodologias de educação popular, por meio de música, vídeos, trabalhos em grupos, etc., partindo de suas experiências individuais e coletivas, abordamos temas como a modernidade, a colonialidade do poder, do ser, do saber, do gênero, o racismo estrutural, os estados e a colonialidade; bem como diversos pensamentos Caribenhos decoloniais e anticoloniais, o bem viver, *el cimarronaje*, as pedagogias e pesquisas decoloniais, entre muitos outros.

Essas escolas têm permitido duas coisas importantes: o surgimento de coletivos com uma perspectiva feminista decolonial *cimarrona* e uma maior aproximação com o Haiti, dada a fragmentação da Ilha, primeiro pelos colonizadores e depois pelos criollos. Participam dessas escolas tanto ativistas dominicanxs como haitianxs.

É assim que, a partir de GLEFAS, concebemos as pedagogias feministas decoloniais como práticas que descentralizam os conhecimentos e metodologias coloniais, que propõem horizontes de dignidade, ao recuperar os saberes e práticas dos povos, para construir um projeto político coletivo que enfrente os efeitos da modernidade/colonialidade, ao mesmo tempo que reconheça as resistências que os mesmos povos realizaram para enfrentá-las. ■

BIBLIOGRAFÍA:

- Curiel, Ochy. "Hacia la construcción de un feminismo decolonizado". En, *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*, coordinado por Yuderkys Espinosa, 69-78. Buenos Aires: En la frontera. 2010.
- Curiel, Ochy. "Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial". En, *Otras formas de (re)conocer* En, editado por Irantzu Mendia Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo, 45-60. Donosti: Universidad del País Vasco-Hegoa. 2014.
- Fanon, Frantz. *Los condenados de la Tierra*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica. 1963.
- Freire, Paulo. *Pedagogía del oprimido*. Buenos Aires:: Siglo XXI. 1970.
- Freire, Paulo. *Pedagogía de la esperanza*. Buenos Aires: Siglo XXI. 2002.
- Hernández Morales, Iris (2019). "Hacia un currículum feminista decolonial". *Nomadías* 28 (2019): 43-63.
- Lugones, María. "Colonialidad y Género: Hacia un feminismo descolonial". En *Género y Descolonialidad*, compilado por Walter Mignolo, 13-25. Buenos Aires: Del signo. 2008.
- Quijano, Aníbal. "Colonialidad del poder, Eurocentrismo y América Latina". En *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales*, editado por Edgardo Lander, 1-14. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000.
- Walsh, Catherine. "Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos" En, *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. TOMO I. Editado por

Catherine Walsh, 23-68. Quito: Ediciones Abya-Yala. Ecuador.
2013.